



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI

Processo: 08010912420198180140

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **EDILON MOREIRA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

**DO LAUDO PERICIAL – AUSÊNCIA NEXO CAUSAL**

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Em sede administrativa, houve o pagamento administrativo na monta de R\$ 8.775,00 (oito mil e setecentos e setenta e cinco reais).

**BANCO DO BRASIL**

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001      AGÊNCIA: 1769-8      CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 29/03/2018

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 8.775,00

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: EDILON MOREIRA SILVA

BANCO: 104

AGÊNCIA: 03389

CONTA: 000000032294-2

Nr. da Autenticação 4610A9C4DFABA589

Em razão do pedido de diferença indenizatória, foi determinada a produção de prova pericial cujo trecho se destaca:

Segmento Anatômico	Marque aqui o percentual			
1ª Lesão: Craniofacial	( ) 10% Residual	( ) 25% Leve	( ) 50% Média	( x ) 75% Intensa
2ª Lesão: Membro Inferior direito	( ) 10% Residual	( ) 25% Leve	( ) 50% Média	( x ) 75% Intensa
3ª Lesão: Ombro/Clavícula Direita	( x ) 10% Residual	( ) 25% Leve	( ) 50% Média	( ) 75% Intensa
4ª Lesão: Tórax	( x ) 10% Residual	( ) 25% Leve	( ) 50% Média	( ) 75% Intensa

**Ocorre que, conforme se observa no próprio laudo pericial não houve o devido preenchimento do laudo pericial.**

Quesito II, item b, **em que pese o laudo solicitar a indicação das lesões soridas, o perito indicou onde houve atendimento médico:**

b) **As alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da vítima,** que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

**Sim. Atendido no HUT.**

Quesito IV, há indicação de cefaléias, tonturas e que a vítima deambula com auxílio de muleta, sendo omissa quanto à qualquer limitação funcional do ombro, bem como do tórax:

**IV – Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:**

- a) ( ) Disfunções apenas temporárias
- b) ( x ) Dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

**Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.**

**Cefaleias, tonturas, membro inferior direito, deambulando com auxílio de muletas.**

Cumpra reconhecer que embora tenha ocorrido a indicação de invalidez também para o ombro e para o tórax, após perícia não foram indicadas quaisquer limitações físicas a justificar a graduação realizada, pelo menos nada se observa sobre elas.

Acrescenta-se, que pelas provas do autos, não há como se afirmar que o TCE e a lesão do tórax de fato possam ter ocasionado a invalidez aduzida, primeiro, que pela documentação médica não se observam procedimentos médicos referente às lesões em questão, além disso, inexistem laudos posteriores que confirmem tratamentos ou até mesmo a manutenção da lesão que pressupõe a ausência de lesão relevante, já que sequer foi tratada.

No mais, não se mostra razoável graduação para a estrutura craniofacial em 75%, já que segundo o próprio perito as disfunções seriam tontura e cefaléia, mas não há como se admitir a conclusão, tendo em vista que a análise deste tipo de lesão é extremamente subjetiva, devendo ser verificado por exames, o que não ocorreu.

Dessa forma, tendo em vista a ausência de comprovação no nexo causal entre as lesões aduzidas e o sinistro noticiado, bem como a quitação administrativa, com o pagamento realizado em relação às demais, requer a total improcedência da demanda.

Caso assim não entenda, requer que a vítima seja submetida a nova perícia, a ser realizada por outro perito, a fim de se confirmarem as limitações físicas decorrentes do acidente, devendo ser considerado, ainda, no caso de eventual condenação, o pedido do autor limitado, a fim de que não seja excedido o teto legal estabelecido.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

TERESINA, 3 de outubro de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PI 10201**

**EDNAN SOARES COUTINHO**  
**1841 - OAB/PI**